Actualizado a 03/03/2015, 15:00 São Filipe, 03 Mar (Inforpress) – A construção na localidade de Chã das Caldeiras deverá ser temporal, de preferência de madeira e nunca com recursos públicos e da comunidade internacional, defendeu hoje, Manuel Pinheiro, do Centro de Políticas Estratégicas do Governo. Ao apresentar o tema "estratégia de intervenção no sector económico para a recuperação do Fogo", Manuel Pinheiro defendeu como prioridades para a zona de Chã das Caldeiras, o estabelecimento das acessibilidades através da construção da estrada principal e alternativa, restauração dos sectores ligados à agricultura e pecuária, reconstituição de melhor habitação, reforço das capacidades locais nacionais para a prevenção de riscos e recuperação, reforço dos sectores sociais (saúde, educação, água e saneamento), energias renováveis e construção de Igrejas. No que concerne à estrada alternativa entre Bangaeira e Piorno numa extensão de sete quilómetros (reabilitação) e Piorno e Campanas de Cima, numa extensão de quatro quilómetros (construção), o primeiro-ministro afirmou que são necessários cerca de seis milhões de euros. Em termos de oportunidades estratégicas, Manuel Pinheiro disse que é necessário recuperar as condições de vida normais e reiniciar rapidamente a reconstituição da subsistência das famílias, numa primeira fase, elevar as condições de vida, através do aumento de rendimento das famílias para afirmação e empoderamento das mesmas, reforçar as capacidades das famílias e unidades produtivas, oferecendo-lhes mais alternativas económicas, reforçar as capacidades gerenciais locais das associações e cooperativas para a gestão do pós crise. Manuel Pinheiro destacou na sua apresentação, que é necessário evitar o máximo a criação de condições para existência de ciclos viciosos de reparação e reconstrução no futuro, estabelecer um raio de distância de 45 minutos à pé entre as unidades de produção agrícola e a unidade habitacional, minimizar ou assumir investimentos consentidos em "zonas de risco médio", promover a erupção de 2014 como epicentro do turismo na ilha e transforma-la como um grande polo de desenvolvimento no Atlântico médio de Investigação e reforçar o posicionamento estratégico da ilha do Fogo na economia nacional. Pelas contas de Manuel Pinheiro são necessários 12.5 milhões de contos para a reconstrução de Chã das Caldeiras. O geografo Carlos de Pina, que apresentou o tema "O novo assentamento urbano" vai na mesma direcção das posições assumidas pela Protecção Civil e pelo coordenador do Centro de Políticas estratégicas do Governo, considerando Chã das Caldeiras como "uma zona não edificando". "Chã das Caldeiras não deve ser uma zona habitada de forma permanente, não se deve, sob qualquer pretexto, permitir construções de carácter definitivo por ser uma zona «non edificandi», disse Carlos de Pina, indicando que só se deve permitir construções de apoio à actividade agrícola e que é necessário que o governo tenha "mão firme". Como cenários alternativos apresentam as zonas de Montinho (Piorno) nas zonas altas dos Mosteiros, Monte Grande/Achada Furna em que se reabilita as casas existentes mais a construção de outras moradias, Assomada (zona de transição entre os Concelhos de Filipe e Santa Catarina), para construção, Monte Barro, nos arredores de São Filipe, mas anotou que em relação a estas localidades não existe o consenso entre a população de Chã das Caldeiras. Carlos de Pina apresentou os pontos fortes e fracos de cada uma das localidades e as suas condições naturais e ambientais, deixando os participantes ao fórum com a responsabilidade de selecionar o melhor sítio para o assentamento urbano. JR Inforpress/Fim